

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
SOCIOLOGIA e ANTROPOLOGIA

HARRY BRAVERMAN

TRABALHO E CAPITAL MONOPOLISTA

A Degradação do Trabalho
no Século XX

Tradução de
Nathanael C. Caixeiro

Terceira edição

EDITORAS
 GUANABARA

CAPÍTULO 1

TRABALHO E FORÇA DE TRABALHO

Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. Pássaro, castor, aranha, abelha e térmite, ao fazerem ninhos, diques, teias e colméias, trabalham, por assim dizer. Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades.

Entretanto, o que importa quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente oposto. "Não estamos tratando agora daquelas primitivas formas instintivas de trabalho que nos lembram o mero animal", escreveu Marx no primeiro volume de *O Capital*. "Pressupomos o trabalho de um modo que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão, e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual

constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade."^{1*}

O trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.^{**} As atividades instintivas são inatas antes que aprendidas, e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos. Observou-se, por exemplo, que uma lagarta tendo completado a primeira metade de seu casulo prosseguirá construindo a segunda sem se importar mesmo que a primeira seja retirada. Uma ilustração mais nítida do trabalho instintivo é dada pelo que segue:

"O pássaro tecelão da África do Sul constrói um complicado ninho de gravetos, tendo como base uma borda nodosa de crina. Certo casal foi isolado e mantido por cinco gerações entre canários, fora do alcance de seus companheiros e sem seus pais costumeiros para fazer ninho. Na sexta geração, ainda no cativeiro mas com acesso aos materiais, ele construiu um ninho perfeito, inclusive quanto ao nó da crina."³

* Assim, o trabalho em sua forma humana foi chamado *ação inteligente* por Aristóteles; Aristóteles, não obstante seu esforço baldado para descobrir uma causa única subjacente a todos os produtos da natureza, animais e humanos, deu a mais antiga forma a este princípio distintivo do trabalho humano: "A arte consiste de fato na concepção do resultado a ser produzido antes de sua concretização no material."² Ultimamente, a mente artística tem freqüentemente apreendido este aspecto especial da atividade humana melhor do que a mente técnica; por exemplo, a do poeta Paul Valéry: "O homem age; ele exerce seu poder sobre um material estranho a ele; ele separa suas operações de sua infra-estrutura material, e possui uma consciência claramente determinada disto; dai, pode projetar suas operações e coordená-las com outras pessoas antes de executá-las; ele pode determinar a si mesmo as mais diversas tarefas e adaptar muitos materiais diferentes, e é justamente esta capacidade de ordenar suas intenções ou dividir seus projetos em operações distintas que ele chama inteligência. Ele não submerge nos materiais do seu empreendimento, mas vai desde esse material à sua imagem mental, de sua mente ao seu modelo e a cada momento confronta o que ele quer com o que ele faz, e o que ele pode fazer com o que ele consegue."³

** Fourier pensava ter identificado nisto a causa da "felicidade" entre animais e a "angústia do trabalho repugnante" entre os homens: "O trabalho, contudo, constitui o prazer de várias criaturas, tais como os castores, abelhas, vespas, formigas... Deus dotou-as com um mecanismo social (ele deveria ter dito biológico) que atrai à atividade e causa a felicidade que se acha nela. Por que não nos teria concedido o mesmo favor como a esses animais? Que diferença entre sua condição industrial e a nossa!"⁴ Mas para ver no caráter não instintivo do trabalho humano a causa direta da "angústia do trabalho repugnante" é preciso saltar todos os estágios intervenientes do desenvolvimento social que distinguem o surgimento do trabalho humano de formas pré-humanas do trabalho em sua forma moderna.

Em contraste com isso, no trabalho humano o mecanismo regulador é o *poder do pensamento conceptual*, que tem origem em todo um excepcional sistema nervoso central. Como observaram os antropólogos, a estrutura física do macaco antropóide não é totalmente inadequada para que ele faça ferramentas e as utilize. A mão do macaco é um instrumento adequado, embora relativamente grosso, e devido a que tanto os membros inferiores quanto os superiores são dotados de polegares oponíveis à palma da mão, diz-se que o macaco tem quatro mãos. Mas não é nas mãos ou na postura eretta que reside a principal vantagem do ser humano. Entre as diferenças físicas dos homens e dos macacos está o relativo aumento de quase todas as partes do cérebro, e em especial o pronunciado volume das partes frontais e parietais dos hemisférios cerebrais, o que é mais importante para explicar a capacidade humana para o trabalho conceptualizado antes e independente da orientação do instinto.* "Homens que fizeram instrumentos de tipo padronizado, como escreve Oakley, devem ter formado imagens em suas mentes dos fins para os quais eles foram feitos. A cultura humana... é o resultado dessa capacidade de pensamento conceptual."⁷

É certo, como experimentações no comportamento animal têm demonstrado, que os animais não são totalmente destituídos da capacidade de aprender, conceber idéias rudimentares ou mesmo resolver problemas simples. Assim, uma criatura dotada de sistema nervoso tão primitivo como a minhoca pode aprender a passar por um labirinto; os chimpanzés podem ser estimulados a "inventar" e fazer instrumentos, tais como estender varas que lhes permitem atingir o alimento, ou empilhar caixas para o mesmo fim. Em consequência, alguns antropólogos e fisiólogos concluíram que a diferença entre o animal humano e não-humano é não em *espécie*, mas em *grau*. Mas quando uma diferença de grau é imensa como a distância que existe entre o aprender e capacidades conceptuais dos humanos e o mais adaptável dos outros animais, pode ser adequadamente tratada, para fins da presente análise, como diferença

* O aumento geral nas dimensões do cérebro é importante, mas "certas partes do cérebro aumentaram em dimensão muito mais que outras. Como o demonstram os mapas funcionais do córtex cerebral, o córtex sensório-motor humano não é apenas uma ampliação do córtex do macaco. As localizações cerebrais para a mão, especialmente para o polegar, no homem são imensamente ampliadas, e isto é parte integrante da base estrutural que torna possível a utilização adestrada da mão... O mesmo é certo quanto a outras zonas corticais. Grande parte do córtex de um macaco está ainda empenhada em funções motoras e sensoriais. No homem, as zonas adjacentes aos centros primários são as mais desenvolvidas. Estas zonas estão relacionadas com as aptidões, memória, previsão e linguagem; isto é, com as faculdades mentais que tornam possível a vida social humana."⁶

em espécie. Podemos ajudar que, sejam quais forem as capacidades possíveis de estimularem-se animais mediante as engenhosas formas de tutelagem humana, não se mostrou possível estimular-lhes a capacidade de manipular representação simbólica, sobretudo em suas formas superiores como a linguagem articulada. Sem símbolos ou linguagem o pensamento conceptual deve permanecer rudimentar e, ademais, não pode ser livremente transmitido através do grupo ou às gerações seguintes:

"Cultura sem continuidade de experiência é, evidentemente, impossível. Mas que espécie de continuidade de experiência é pré-requisito da cultura? Não a continuidade que advém da comunicação da experiência pela imitação, porque encontramos isto entre macacos. Naturalmente, essencial é a continuidade no aspecto subjetivo, mais que no objetivo, ou aberto. Como mostramos, é o símbolo, sobretudo sob forma de palavra, que proporciona esse elemento de continuidade na experiência instrumental do homem. E, finalmente, foi este fator de continuidade na experiência instrumental do homem que possibilitou a acumulação do progresso, numa palavra, a cultura material."⁸

Assim, o trabalho como atividade proposita, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana. Mas esta, por sua vez, é produto especial desta forma de trabalho. "Ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza", escreveu Marx.⁹ Escrevendo em 1876, Engels expôs, nos termos do conhecimento antropológico do seu tempo, a teoria de que: "Primeiro o trabalho; de acordo com ele e então com ele, a fala — estes foram os estímulos fundamentais sob a influência dos quais o cérebro do macaco gradualmente transformou-se no do homem." "A mão", sustentava ele, "não é apenas o órgão do trabalho, é também produto do trabalho"¹⁰ Seu ensaio, intitulado "A parte desempenhada pelo trabalho na transição do macaco ao homem", estava limitado pelo estado do conhecimento científico do seu tempo, e em alguns pormenores pode ser lacunoso ou equivocado — como por exemplo sua implicação de que a "laringe não desenvolvida do macaco" é inapropriada para produzir os sons da fala. Mas esta idéia fundamental de novo encontrou favor aos olhos de antropólogos, sobretudo à luz de recentes descobrimentos de ferramentas de pedra associadas a "quase-homens" ou "homens-macacos". Num artigo sobre instrumentos e a evolução humana, escreve Sherwood L. Washburn:

"Anteriormente a esses descobrimentos, a opinião vigente era que o homem evoluira quase ao seu atual estado estrutural

e então inventou as ferramentas e os novos meios de vida que elas tornam possível. Parece agora que os homens-macacos — criaturas aptas a correr, mas que não andam ainda sobre duas pernas, e com cérebros não maiores que os dos macacos ora existentes — haviam já aprendido a fazer e utilizar ferramentas. Segue-se que a estrutura do homem moderno deve ser consequência da mudança nas condições da seleção natural que advém do modo de vida com uso de ferramentas... O êxito dos mais simples instrumentos deu início à tendência de toda a evolução humana e a levou às civilizações de hoje."¹¹

O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos.

A possibilidade de todas as diversas formas sociais, que surgiram e que podem ainda surgir, depende, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano. Onde a divisão de função no seio de outras espécies animais foi atribuída pela natureza e impressa no genótipo sob a forma de instinto, a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais. Em todas as demais espécies, a força diretriz e a atividade resultante, instinto e execução, são indivisíveis. A aranha tece sua rede de acordo com uma incitação biológica e não pode delegar esta função a outra aranha; ela desempenha essa atividade porque é de sua própria natureza. Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos de trabalho que possam ter possuído nos inícios de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais.* Assim, nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A força diretora do trabalho continua sendo a

* O "instinto do trabalho" de Veblen só pode ser compreendido em sentido figurado, como um desejo ou propensão a trabalhar melhor. Um "psicólogo social" inglês exprime-se um tanto agnosticamente quanto a este assunto: "Os animais também trabalham... e o fazem amplamente pelos padrões instintivos de comportamento que são o produto dos processos evolutivos. Não está claro se o homem possui ou não padrões inatos de conduta para o trabalho." Acrescenta ele: "É possível que a capacidade do homem para o comportamento em grupos, aprendido, persistente e propositual, seja um desses padrões inatos."¹² Mas o núcleo da sabedoria nessa afirmação é que a capacidade humana para trabalhar não *instintivamente* pode também ser chamada de instinto. Parece inútil e perturbadora a pretensão de forçar uma assimilação de comportamento animal e humano.

consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo.

Finalmente, a capacidade humana de executar trabalho, que Marx chamava "força de trabalho", não deve ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano, seja ela natural ou feita pelo homem. O trabalho humano, seja diretamente exercido ou armazenado em produtos como ferramentas, maquinaria ou animais domesticados, representa o recurso exclusivo da humanidade para enriquecer a natureza. Assim, para os humanos em sociedade, a força de trabalho é uma categoria especial, distinta e não intercambiável com qualquer outra, *simplesmente porque é humana*. Só quem for o *senhor do trabalho de outros* confundirá força de trabalho com qualquer outro meio de executar uma tarefa, porque para ele, vapor, cavalo, água ou músculo humano que movem seu moinho são vistos como equivalentes, como "fatores de produção". Para *indivíduos que empregam seu próprio trabalho* (ou uma comunidade que faça o mesmo), a diferença entre utilizar a força de trabalho em contraposição a qualquer outra força é uma diferença a que se volta toda a "economia". E do ponto de vista da espécie como um todo, esta diferença é também decisiva, desde que todo indivíduo é o proprietário de uma porção da força de trabalho total da comunidade, da sociedade e da espécie.

Esta consideração constitui o ponto de partida para a teoria do valor do trabalho, que os economistas burgueses acham poder seguramente desprezar, porque estão interessados não nas relações sociais mas nas relações dos preços; não no trabalho mas na produção, não no ponto de vista humano mas no ponto de vista burguês.

Isento das rígidas trilhas ditadas pelo instinto nos animais, o trabalho humano torna-se indeterminado, e seus diversos determinantes constituem, daí por diante, produtos não da biologia mas das complexas interações entre ferramentas e relações sociais; tecnologia e sociedade. O objeto de nossa análise não é o trabalho "em geral", mas o trabalho nas formas que ele assume sob as relações capitalistas de produção.

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua *diferença específica* é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de

trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato cuja condição é estabelecer as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador.

É importante notar o caráter histórico deste fenômeno. Embora a compra e venda de força de trabalho tenha existido desde a antigüidade*, até o século XIV não começara a se constituir uma considerável classe de trabalhadores assalariados na Europa, e ela não se tornou numericamente importante até o advento do capitalismo industrial (isto é, a produção de mercadorias em bases capitalistas, comparada com o capitalismo mercantilista que tão-somente trocava os produtos excedentes das forças anteriores de produção) no século XVIII. Tem sido a forma numericamente dominante por pouco mais de um século, e isto apenas em poucos países. Nos Estados Unidos, talvez quatro quintos da população trabalhavam por conta própria nos inícios do século XIX. Por volta de 1870 a cifra desceu para cerca de um terço e em 1940 para não mais que um quinto; no ano de 1970, apenas perto de um décimo da população trabalhava por conta própria. Estamos, pois, lidando com uma relação social de data extremamente recente. A rapidez com a qual ela obteve supremacia em numerosos países realça o extraordinário poder da tendência das economias capitalistas a converter todas as demais formas de trabalho em trabalho assalariado.

O trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do

* Aristóteles inclui "serviços assalariados — destes, uma espécie é empregada em artes mecânicas, a outra em trabalho físico e não qualificado" junto com o comércio e a usura como as três divisões do intercâmbio que constituem um modo antinatural de obter riqueza, sensibilidade natural ou "certo e adequado" o modo de obtê-la pela criação de animais domésticos e pela agricultura. Contudo, ele parece ter em mente a venda da própria força de trabalho em vez de a compra dela de outros como meio de enriquecer, atitude exatamente oposta àquela que é característica na era capitalista.¹³

capital, para a criação de um lucro.* A partir desse ponto, torna-se temerário encarar o processo de trabalho puramente de um ponto de vista técnico, como simples modo de trabalho. E, além do mais, é este último aspecto que domina a mente e atividades do capitalista, a cujas mãos passou o controle sobre o processo de trabalho. Em tudo o que se seguir, portanto, estaremos considerando a maneira pela qual o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação de capital.**

O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for, assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. O trabalhador a retém, e o capitalista só pode obter vantagem na barganha se fixar o trabalhador no trabalho. Compreende-se claramente que os efeitos valiosos ou produtos do trabalho pertencem ao capitalista. O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo. Esta incapacidade de comprar trabalho, que é uma função física e mental inalienável, e a necessidade de comprar a força para executá-lo é tão repleta de consequências para todo o modo capitalista de produção que deve ser estudada mais de perto.

Quando o proprietário emprega os serviços de um animal de carga no seu processo de produção, nada mais pode fazer além de canalizar a força e resistência naturais do animal. Quando utiliza abelhas na produção de mel, bichos-da-seda para fazer seda,

* Assim, Marx fala do processo de produção que, "considerado... como a unidade do processo de trabalho e o processo de produzir mais-valia, é o processo capitalista de produção, ou produção capitalista de mercadorias".¹⁴

** Este não é o lugar para uma análise geral do processo de acumulação do capital e das leis econômicas que o impõem ao capitalista, independente de seus desejos. A melhor análise continua sendo a de Marx e ocupa grande parte do primeiro volume de *O Capital*, sobretudo na VII Parte. Uma exposição muito clara e concisa da tendência à acumulação capitalista, considerada tanto como desejo subjetivo e necessidade objetiva, encontra-se em Paul M. Sweezy, no livro *The Theory of Capitalist Development* (Nova York, 1942), pp. 79-83 e 92-95. Pode ser suplementado pela leitura de *Monopoly Capital* de Paul M. Sweezy e Paul A. Baran, que se dedica às condições da acumulação no período monopolista do capitalismo (Nova York, 1966; cf. especialmente pp. 42-44 e 67-71).

bactérias para fermentação do vinho ou carneiros para produzir lã, só pode tirar vantagem das atividades instintivas ou funções biológicas dessas formas de vida. Babbage deu um fascinante exemplo:

"A mais notável espécie de manufatura... foi planejada por um chefe de oficinas residente em Munique. Consiste de rendas e véus de seda com desenhos, totalmente feitos por lagartas. O modo de proceder adotado é o seguinte: ele faz uma pasta das folhas de um vegetal que é o alimento usual da espécie de lagarta utilizada e a esparrama tenuemente sobre uma pedra ou qualquer substância plana. A seguir, com um pincel de pelo de camelo molhado em azeite, riscá sobre a camada de pasta o desenho que quer que os insetos façam. A pedra é colocada numa posição inclinada e põe-se uma quantidade de lagartas na parte inferior. Escolhe-se certa espécie delas que tece uma rede forte; e os insetos, que começam embaixo, comem e abrem caminho para cima, evitando cuidadosamente toda parte marcada pelo azeite, mas devorando todo o resto da pasta. A extrema leveza desses véus e a sua robustez são verdadeiramente surpreendentes."¹⁵

Não obstante a engenhosidade exibida por esse chefe de oficina, é evidente que todo o processo está adstrito às capacidades e predisposição das lagartas; e o mesmo acontece com qualquer forma de utilização de trabalho não-humano. Está implícito em tais tipos de emprego que o dono deve contar com as limitações determinadas e naturais de seus servidores. Assim, ao utilizar a força de trabalho de animais, ele ao mesmo tempo utiliza seu trabalho, porquanto os dois, embora distinguíveis em teoria, são mais ou menos idênticos na prática, e os mais astuciosos planos podem obter da força de trabalho do animal apenas mínimas variações do trabalho concreto.

O trabalho humano, por outro lado, devido a ser esclarecido e orientado por um entendimento que foi social e culturalmente desenvolvido, é suscetível de vasta gama de atividades produtivas. Os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital.

É sabido que o trabalho humano é capaz de produzir mais do que consome, e esta capacidade de "trabalho excedente" é por vezes tratada como um doce especial e místico da humanidade ou

de seu trabalho. Na verdade, não é nada disto, mas tão-somente um prolongamento do tempo de trabalho para além do ponto em que ele se reproduziu ou, em outras palavras, produziu seus próprios meios de subsistência ou seu equivalente. Esse tempo variará com a intensidade e produtividade do trabalho e com as exigências mutáveis da "subsistência", mas para qualquer estado desses é uma duração determinada. A capacidade "peculiar" da força de trabalho para produzir em favor do capitalista depois que ela se reproduziu é, portanto, nada mais que a extensão do tempo de trabalho para além do ponto em que ele poderia ter parado. Um boi também terá essa capacidade, e moerá mais trigo do que come se mantido no serviço por adestramento e compulsão.

O que distingue a força de trabalho humano é, portanto, não sua capacidade de produzir um excedente, mas seu caráter inteligente e proposital, que lhe dá infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital. Ele, portanto, empreende todos os meios de aumentar a produção da força de trabalho que comprou quando a põe em ação. Os meios que ele utiliza podem variar desde o obrigar o trabalhador a jornada mais longa possível, como era comum nos inícios do capitalismo, até a utilização dos mais produtivos instrumentos de trabalho e a maior intensidade deste. Seja como for, sempre com vistas a produzir a partir do potencial inerente à força de trabalho o mais valioso efeito do trabalho, porque é isto que lhe renderá o maior excedente e assim o maior lucro.

Mas se o capitalista se baseia nesta qualidade distintiva e potencial de força de trabalho humanos, é também esta qualidade, por sua própria indeterminação, que coloca diante dele o seu maior desafio e problema. A moeda do trabalho tem o seu anverso: ao comprar a força de trabalho que pode fazer muito ele está ao mesmo tempo comprando uma qualidade e quantidade indeterminadas. O que ele compra é infinito em potencial, mas limitado em sua concretização pelo estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esses e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem.

Isso é tanto mais certo tendo em vista que os aspectos técnicos dos processos de trabalho são agora dominados pelos aspectos sociais que o capitalista introduziu: isto é, as novas relações de produção. Tendo sido obrigados a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora "alienado". O processo de trabalho tornou-se responsabilidade do capitalista. Neste estabelecimento de relações de produção antagônicas, o problema de obter a "plena utilidade" da força de trabalho que ele comprou torna-se exacerbado pelos interesses opostos daqueles para cujos propósitos o processo de trabalho é executado e daqueles que, por outro lado, o executam.

Assim, quando o capitalista compra imóveis, matérias-primas, ferramentas, maquinaria etc., pode avaliar com rigor seu lugar no processo de trabalho. Ele sabe que certa parcela de seu desembolso será transferida a cada unidade de produção e sua contabilidade o lançará sob o título de custos e depreciação. Mas quando ele compra tempo de trabalho, o resultado está longe de ser tão certo e tão determinado de modo que possa ser computado desse modo, com rigor e antecipação. Isto significa simplesmente que a parcela de seu capital despendido na força de trabalho é a porção "variável", que sofre um aumento no processo de produção; para ele, a questão é de quanto será o aumento.

Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência.

Notas

¹ Karl Marx, *O Capital*, Vol. I (Moscou, s/d), p. 174.

² Aristóteles, *De Partibus Animalium*, i. 1 640³2.

³ Paul Valéry, *Über Kunst* (Frankfurt, 1959), p. 69; citado em Alfred Schmid, *The Concept of Nature in Marx* (Londres, 1971), p. 101.

⁴ Charles Fourier, *Design for Utopia: Selected Writings* (Nova York, 1971), pp. 163-164.

⁵ Kenneth P. Oakley, "Skill as a Human Possession", em Charles Singer, E. J. Holmyard e A. R. Hall editores, *A History of Technology*, vol. 1 (Nova York e Londres, 1954), pp. 2-3.

⁶ Sherwood L. Washburn, "Tools and Human Evolution", *Scientific American* (Setembro de 1960), pp. 71-73.

⁷ Oakley, "Skill as Human Possession", p. 27.

⁸ Leslie A. White, *The Science of Culture* (Nova York, 1949), p. 48.

⁹ Marx, *O Capital*, vol. 1, p. 173.

- ¹⁰ Veja-se Karl Marx e Frederick Engels, *Selected Works*, vol. III (Moscou, 1970), pp. 66-77.
- ¹¹ Washburn, "Tools and Human Evolution", p. 63.
- ¹² Michael Argyle, *The Social Psychology of Work* (Londres, 1972), p. 1.
- ¹³ Aristóteles, *A Política*, i, 11.1258b9-38.
- ¹⁴ Marx, *O Capital*, vol. I, p. 191.
- ¹⁵ Charles Babbage, *On the Economy of Machinery and Manufactures* (Londres, 1832; reimpressão, Nova York, 1963), pp. 110-11.